

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 19/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 178/2023

(Autos de Amparo 19/2023, Amadeu Fortes Oliveira v STJ, Indeferimento Liminar de Pedido de Suprimento de Lapsos Manifesto Vertido nos Pontos 8.1.3 e 8.3.1 das fls. 23 e 26 do Acórdão N.º 157/TC/2023, por inadmissão do Recurso de Amparo 19/2023, por colocação manifestamente intempestiva)

I. Relatório

1. O Senhor Amadeu Fortes de Oliveira através de um requerimento dirigido ao Tribunal Constitucional, intitulado de Reclamação do Acórdão N.º 157/TC/2023, “vem ao abrigo do disposto no N.º 2 do artigo 575, do N.º 1 do artigo 576, e ainda ao abrigo das alíneas b) e d) do N.º 1 do artigo 577, todos do CPC”, rogar a verificação de alteração fundamental de pressupostos da prisão preventiva e pedir o suprimento do lapso manifesto vertido nos pontos 8.1.3 e 8.3.1 das páginas 23 e 26 do Acórdão N.º 157/TC/2023, e que lhe seja concedido “amparo distinto, com fundamento [d]iverso”, nos termos do número 1 do artigo 24 da Lei do Amparo, formulando para tanto as seguintes considerações:

1.1. Reafirma que houve alteração fundamental das circunstâncias dos pressupostos da prisão preventiva, de maneira que não podia merecer a sua concordância o vertido no acórdão em relação a este ponto, devendo a decisão desafiada “ser alterada por outra que reconheça e declare a existência de alteração fundamental dos pressupostos da prisão preventiva, de tal modo” que tendo deixado de subsistir qualquer exigência cautelar para a sua manutenção seja revogada ou substituída por outra;

1.2. No ponto 8.3.1 do Acórdão 157/TC/2023, teria sido vertida afirmação não correta de que “[c]om efeito, foi a secção criminal do STJ (Acórdão N. 31/STJ/2023) que

construiu o argumento impugnado pelo recorrente no sentido de que grande parte das questões que a Defesa pretendia ver apreciadas constituíram exatamente o mérito do Recurso do Acórdão do Tribunal da Relação de Barlavento”;

1.2.1. Alega que tal afirmação é a expressão de lapso manifesto porque na própria fundamentação do Acórdão N.º 31/STJ/2023, o STJ teria declarado expressamente que “a defesa, por antecipação, já tinha previsto e impugnado, na reclamação apresentada contra o Despacho individual e monocrático da veneranda Juíza Relatora, que o STJ iria recusar apreciar as alegações de facto e de direito apresentadas pela defesa com o falacioso argumento de que “a apreciação dessas alegações em sede de reexame dos pressuposto[s] de prisão preventiva, equivaleria à antecipação do julgamento da causa”.

1.2.2. Dizendo conhecer a forma como os venerandos juízes do STJ “se esquivam e omitem” o pronunciamento sobre os pressupostos da prisão preventiva, citou o que terá vertido para certo trecho de uma reclamação dirigida a esse Alto Tribunal para demonstrar que havia colocado a questão ao STJ, de tal sorte que somente por lapso manifesto se pôde recusar provimento ao amparo com base em argumento segundo o qual não se havia colocado pedido de reparação, “como se a defesa não tivesse invocado tal inconstitucionalidade, por antecipação, tendo, inclusive, feito constar do capítulo final”, segundo diz, um excerto que o atestaria e que reproduz.

1.3. Termina o seu longo arrazoado dirigindo ao Tribunal Constitucional um não menos extenso pedido de amparo, rogando que:

1.3.1. Seja revogado o *Acórdão 31/STJ/2023*, decretando-se a soltura do recorrente, amparando assim os seus direitos fundamentais violados e, em consequência, que:

1.3.2. Seja revogada a medida de prisão preventiva, por ter sido decretada e mantida com base em errada e arbitrária valoração da prova e indícios constante[s] dos autos, com manifesta violação dos poderes da livre apreciação de prova, estatuídos no Artigo 177 do CPP, e por ter sido decretada em franca violação do número 3 do Artigo 261 do CPP que proibiria a sujeição do arguido a qualquer medida de coação quando haja fortes razões para se crer que ele agiu ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude, e ainda por ser, na sua opinião, grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária, e

1.3.3. Em alternativa, se sujeite o recorrente a qualquer das seguintes medidas de coação: i) interdição de saída do país; ii) apresentação periódica às autoridades; iii) suspensão do direito de dar entrevistas ou publicar artigos de opinião em jornais; iv) caução, o que seria suficiente para acautelar quaisquer riscos processuais que, na verdade, seriam inexistentes; v) suspensão do exercício de advocacia.

1.3.4. Pede ainda, invocando o disposto no número 1 do artigo 24 da Lei do Amparo, que se “considere que, na verdade, os direitos, liberdades e garantias foram efetivamente violados, mas que, por incapacidade, falta de habilidade ou carência de engenho, a petição de Amparo continua algo deficiente”. Neste caso, estribando-se o TC na supramencionada disposição para “decidir com[...] fundamento diverso” e “outorgar Amparo distinto”, “posto que mais do que ser exigente nos requisitos formais, o espírito que preside o Recurso de Amparo é o de ‘Proteger, Garantir e repor os Direitos, Liberdades e Garantias’ violados dos cidadãos, o que se requer, se suplica e se roga”.

2. Marcada sessão de julgamento para o dia 9 de novembro nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Para o que interessa, e como relatado, o recorrente foca a sua argumentação, aparentemente no facto de ter havido lapso manifesto sobre questões analisadas e decididas no *Acórdão 157/TC/2023, de 11 de outubro*, e eventualmente outros vícios do aresto, de acordo com o que expõe na sua peça.

2. Posto isto, impõe-se verificar se o requerimento é admissível e se os pedidos de retificação de erros materiais por lapso manifesto e de consideração eventual de outros vícios podem ser conhecidos.

2.1. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, em especial os que se reportam aos institutos da aclaração, da retificação e das nulidades de decisões do TC, têm sido cada vez mais densificados, na medida em que não se é adverso a essa possibilidade.

2.1.1. A principal decisão que conheceu desse tipo de incidente em sede de um recurso constitucional foi o *Acórdão 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, o qual, apreciando um pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconheceu a possibilidade de suscitação de incidentes de esclarecimento de decisões do próprio Tribunal Constitucional, mas condicionou a sua admissibilidade, além da exigência de preenchimento dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade, à identificação, pelo Requerente, de trecho do aresto que padeceria de vício de obscuridade ou ambiguidade. Abrindo ainda a faculdade de o Tribunal Constitucional rejeitar liminarmente todo e qualquer pedido de esclarecimento que seja manifestamente procrastinatório, seja desprovido de qualquer base ou fundamento ou que diga respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão que não tenham impacto sobre a decisão. Mais tarde, estendeu-se esse mesmo entendimento a pedidos de esclarecimento formulados no âmbito de recursos de amparo no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499.

2.1.2. Nada obstante, pois, que sejam suscitados em processos de pendor subjetivo, desde que cumpridos os pressupostos e requisitos legais. E na medida em que seja respeitada a natureza especial do processo constitucional, não sejam utilizados para fins abusivos de reiteração de pedidos de apreciação de questões já decididas, persigam propósitos meramente procrastinatórios ou, ainda, sejam inúteis.

2.2. No caso concreto, se se analisar corretamente, pode-se facilmente concluir que o requerimento não preenche um único pressuposto de admissibilidade.

2.2.1. Especificamente, o pedido de retificação por lapso material pressupõe, dentre outros elementos, uma desconformidade entre o pensamento do julgador e a sua expressão na decisão. Tal descompasso neste caso é inexistente, porque o que consta do acórdão é o resultado da deliberação consciente e convicta feita pelo Coletivo;

2.2.2. Outrossim, o que parece pretender, com sustentáculo implícito no que entende ter sido um erro de julgamento é, em última instância, dirigir um pedido de reapreciação da decisão do Tribunal em relação a questão de admissibilidade identificada, atacando o mérito da decisão e formulando pretensões típicas de um pedido de amparo já

admito, utilizando para tanto a capa geral da retificação de lapso material, e indicando para tanto parágrafos inadequados para este mesmo fim.

2.2.3. Um incidente pós-decisório que inclui segmento segundo o qual “a defesa do recorrente reafirma que houve uma alteração fundamental de circunstâncias dos pressupostos de prisão preventiva, de maneira que não pode merecer a concordância da defesa o vertido no douto acórdão ora em liça concernente a esse ponto”, premissa que conduz a pretensão de tal decisão- segundo diz, posta em crise – dever ser alterada por outra “que reconheça e declare a existência de alteração fundamental dos pressupostos da prisão preventiva” de tal modo a revogá-la ou substituí-la por outra, assume, materialmente, a natureza de um recurso ordinário dirigido ao Tribunal Constitucional contra decisão de não-admissão de recurso de amparo do mesmo Tribunal Constitucional, o que desafia toda a lógica. E se dúvidas houvesse, o artigo 16, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, é absolutamente claro quando consagra a irrecorribilidade de tais decisões;

2.2.4. Assim, em bom rigor, em relação a esse segmento da reclamação sempre se estaria perante uma situação de irrecorribilidade da decisão, deixando sem efeito qualquer indagação sobre a competência do Tribunal e a legitimidade do recorrente;

3. Além disso, decisivamente, não se pode ultrapassar o facto de que a reação processual em apreciação foi colocada de forma claramente intempestiva, posto que protocolada depois do trânsito em julgado da decisão cuja reapreciação/retificação o recorrente pretende.

3.1. O regime jurídico do trânsito das decisões tomadas em relação à admissibilidade de um recurso de amparo é fixado pela própria Lei do Amparo e do *Habeas Data*, a qual, no artigo 16, parágrafo terceiro, primeiro segmento, dispõe claramente que “[o] despacho de inadmissibilidade do recurso transita em julgado nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida”.

3.2. Não estando prevista uma norma específica sobre o regime de contagem de prazos, aplicar-se-ia, neste particular, o que consta do artigo 233, parágrafo sexto, do Código de Processo Civil, que dispõe claramente que “a notificação por transmissão eletrónica presume-se efetuada na data de sua expedição”.

3.3. Tendo o recorrente sido notificado do Acórdão reclamado/recorrido no dia 16 de outubro de 2023 às 15:59, qualquer incidente pós-decisório que pretendesse suscitar teria que ser protocolado até às 15:59 do dia 17 de outubro.

3.4. Se a peça deu entrada na secretaria eletrónica do Tribunal Constitucional só no dia 23 de outubro às 15:31, quase cento e sessenta e oito horas depois do início da contagem do prazo, é evidente que este foi largamente ultrapassado, como, de resto, tem sido o entendimento do Tribunal Constitucional (*Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-524; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 689-690; *Acórdão 6/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março, pp. 690-691; *Acórdão 7/2023, de 18 de janeiro, António José Pires Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N 25, de 13 de março de 2023, pp. 691-693; *Acórdão 69/2023, de 5 de maio, Rui Santos Correia v. TRS, pedido de aclaração do Acórdão 52/2023*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, de 22 de maio de 2023, pp. 1293-1294; *Acórdão 70/2023, de 5 de maio, Valter Furtado v. STJ, Não conhecimento de pedido de aclaração do Acórdão 19/2023 por colocação intempestiva*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1294-1296).

3.5. Em suma, o prazo que impede o trânsito em julgado ou a constituição de qualquer caso julgado em relação a uma decisão negativa de admissibilidade de recurso de amparo ou de cognoscibilidade de questão impugnada, respetivamente, está estabelecido no artigo 16, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, em 24 horas; é dentro desse intervalo de tempo que se impõe atuar para se obstar à cristalização da decisão, suscitando-se as únicas reações processuais possíveis, que são os incidentes pós-decisórios.

4. O mesmo ocorrendo com o que ensaia alegar ao longo da peça em relação a putativas omissões de fundamentação ou de pronúncia, sujeitas a esse mesmo regime, portanto igualmente inadmissíveis, por intempestividade.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem indeferir liminarmente a reclamação protocolada contra o *Acórdão 157/TC/2023, de 11 de outubro*.

Registe, notifique e publique.

Praia, 01 de dezembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 01 de dezembro de 2023.

O Secretário,

João Borges